

## # RODOVIAS

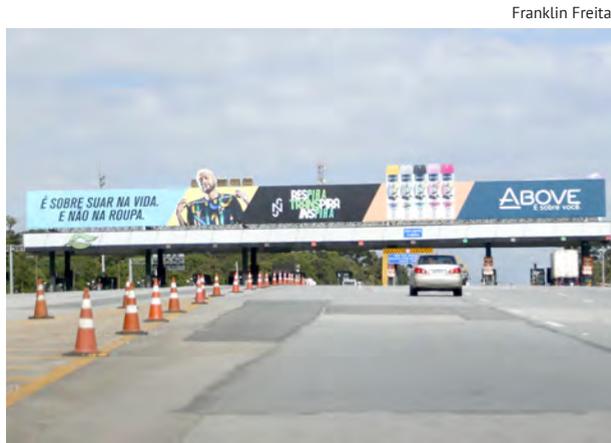
# ANTT confirma primeiro leilão dos novos pedágio do Paraná para 25 de agosto

Agência publicou ontem no Diário Oficial a data da concorrência para a concessão das estradas à iniciativa privada

O Diário Oficial da União publica hoje o edital da licitação para as novas concessões do pedágio, e confirmando que o leilão vai acontecer em 25 de agosto, na Bolsa de Valores de São Paulo. Com uma extensão total de 473 quilômetros, o lote 1 reúne trechos de rodovias entre Curitiba e a região Centro-Sul e dela até os Campos Gerais, além de trechos na Região Metropolitana da Capital. O modelo de concessão prevê investimentos de R\$ 7,9 bilhões em obras pela empresa vencedora do leilão ao longo dos primeiros anos de contrato.

Entre as obras incluídas no pacote deste trecho, está a duplicação completa de um trecho de aproximadamente 157 quilômetros da BR-277 entre São Luiz do Purunã e o Trevo do Relógio, que fica Prudentópolis; duplicação da BR-373 entre Ponta Grossa e o Trevo do Relógio; duplicação da Rodovia do Xisto entre Araucária e a Lapa; duplicação da PR-423 entre Araucária e Campo Largo; duplicação do Contorno Norte de Curitiba; e faixas adicionais na BR-277 entre Curitiba e Sprea (entroncamento da BR-277 com a BR-376), além de faixas adicionais e vias marginais no Contorno Sul de Curitiba.

O projeto inclui ainda 344 quilômetros de duplicações, 81 de faixas adicionais, 38 de terceiras faixas e 41



Franklin Freitas

Pedágio: leilão será na Bolsa de Valores de SP

de vias marginais. Também serão construídas 11 passarelas e 60 paradas de ônibus, além de 70 outras Obras de Arte e Especiais. O edital também prevê a necessidade de custos operacionais de aproximadamente R\$ 5,2 bilhões para serviços gerais e administrativos, como serviço médico e mecânico, pontos de parada de descanso para caminhoneiros e sistema de balanças de pesagem.

Os trechos vão contar com nove Bases de Serviços Operacionais e de Atendimento ao Usuário, com três ambulâncias tipo UTI para suporte avançado de vida além de sete ambulâncias convencionais. Os motoristas também terão direito a atendimento mecânico, com 10 guinchos leves, dois caminhões-pipa e dois caminhões gaiola, além de um ponto de parada e descanso para caminhoneiros.

O lote terá cinco praças de pedágio: São Luiz do Purunã (BR-277), Lapa (BR-476), Porto Amazonas (BR-277), Imbituva (BR-373) e Irati (BR-277).

**Modelo** – O modelo de concessão será por menor tarifa, com cobrança de aporte financeiro a partir dos 18% de desconto, com o valor de R\$ 100 milhões aportados a cada ponto percentual de desconto até os 23%. Entre 23% e 30% de desconto, o desconto adicional deverá ser de R\$ 120 milhões a cada ponto, que passará a ser de R\$ 140 milhões para descontos acima de 30%, sempre de forma cumulativa.

As concessões do Paraná estão divididas em seis lotes. O lote 2 deve ser o próximo a ir para leilão e os lotes 3, 4, 5 e 6 ainda passam por análise do Tribunal de Contas da União. Serão 3,3 mil quilômetros de estradas, sendo 1,1 mil quilômetros de rodovias estaduais. Os investimentos devem ultrapassar R\$ 50 bilhões em todo o programa.

## # SUPREMO

## Moraes manda soltar Anderson Torres

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou ontem a liberdade provisória de Anderson Torres, ex-ministro da Justiça e ex-secretário de Segurança Pública do Distrito Federal.

“No presente momento da investigação criminal, as razões para a manutenção da medida cautelar extrema em relação a Anderson Gustavo Torres cessaram, pois a necessária compatibilização entre a Justiça Penal e o direito de liberdade demonstra que a eficácia da prisão preventiva já alcançou sua finalidade,

de, com a efetiva realização de novas diligências policiais, que encontravam-se pendentes em 20/4/2023”, escreveu Moraes na decisão.

Em substituição à prisão, Moraes decretou uma série de medidas, como uso de tornozeleira eletrônica, proibição de sair do Distrito Federal, recolhimento domiciliar noturno e nos finais de semana e afastamento do cargo de delegado da Polícia Federal. Moraes também determinou o cancelamento de todos os seus passaportes e a suspensão imediata do porte de armas em nome de Torres.

## # SOBRE ABORDAGEM EM VÔO

## Deputado Renato Freitas contesta da PF

O deputado estadual Renato Freitas (PT) divulgou ontem nota em que contesta as alegações da Polícia Federal sobre a abordagem a ele no último dia 3 de maio, no aeroporto de Foz do Iguaçu (região Oeste), quando foi retirado do vôo para ser revistado por agentes da corporação. Na nota, Freitas garante que, ao contrário do que afirmou a PF, “em nenhum momento houve recusa para a revista”. De acordo com o relato, ele cumpriu o procedimento padrão de passar pelo detector de metais e seus pertences pelo scanner de bagagem, assim como os demais passageiros.

Em nota, a PF informou que, no dia 3 de maio, foi acionada para auxiliar um agente de proteção da aviação civil na inspeção de um passageiro que teria se recusado a se submeter a medidas adicionais de segurança no aeroporto.

“Este teria se recusado a passar pelo procedimento no local indicado e se dirigido diretamente até a aeronave. Dessa forma, a equipe de inspe-

ção do aeroporto acionou a PF para que a acompanhasse até o avião e procedesse à inspeção devida”, alegou a corporação.

Freitas nega as afirmações da Polícia Federal, dizendo que depois de ter se colocado à disposição para a revista, foi surpreendido pela abordagem no avião. “Depois, no entanto, uma Agente de Proteção da Aviação Civil (Apac) o interceptou, dizendo que, além de passar pelos aparelhos, ele teria sido “sorteado” para uma revista minuciosa”, diz a nota. Segundo o deputado, não houve sinalização visual, apito ou qualquer apontamento dessa vistoria aleatória.

“Freitas atendeu prontamente, sem nenhuma resistência. Por conta do embarque estar sendo encerrado, o deputado pediu à funcionária que avisasse a companhia aérea que ele logo chegaria, para que não perdesse o voo. Em resposta, a funcionária disse que não poderia realizar o pedido e se retirou”, aponta o relato.

**PECINI LEILÕES** **ix**

**EDITAL DE 1º E 2º PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS ONLINE**

DATA: 1º Público Leilão – 23/05/2023 às 10h30 | 2º Público Leilão – 23/05/2023 às 11h30

Angela Pecini Silveira, Mat. Jucesp 715, autorizada por SPE RESERVA ECOVILLE/OFFICE – EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A. - CNPJ: 09.115.481/0001-55, venderá 1º ou 2º Leilão, art. 63, §1º/5º Lei 4.591/64, c/c VI e VII art. 1º Lei 4.864/65, os direitos sobre a unidade: APARTAMENTO Nº 72 (TIPO A1), 9º Pavimento ou 7º Pavimento Tipo, DA TORRE 1A-CAMAPUÁ, SETOR RESIDENCIAL DO RESERVA ECOVILLE CONDOMÍNIO CLUBE, Rua Prof. Pedro Viriato Parigot de Souza nº 3.901, Curitiba/PR. FIT: 0,2187%. Mat. 149.550 – CRI de Curitiba/PR. 1º LEILÃO: R\$ 1.230.332,51. 2º LEILÃO: R\$ 1.163.623,06. Encargos do arrematante: pagamento à vista da arrematação e 5% leiloeira; quitação dos débitos condomínio/IPTU; despesas a partir da data da arrematação; custas cartoriais, impostos transmissão, emissão de matrícula, certidões (inclusive da comitente) para lavratura e registro da escritura; constam **Indisponibilidades** de bens, cuja baixa ficará a cargo da Vendedora. Venda “ad corpus”. **IMÓVEL OCUPADO.** Desocupação pelo arrematante. A comitente terá preferência na forma da lei. Os interessados deverão obrigatoriamente, tomar conhecimento do Edital completo disponível no portal da Pecini Leilões. [www.pecinileiloes.com.br](http://www.pecinileiloes.com.br). Informações: [contato@pecinileiloes.com.br](mailto:contato@pecinileiloes.com.br), Whatsapp: (11) 97577-0485. Fone: (19) 3295-9777. Av. Rotary nº 187, Jd. das Paineiras, Campinas/SP.

Editora Bemparaná Ltda | CNPJ 76.637.305/0001-70

REDAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E COMERCIAL  
Avenida Cândido de Abreu, 707  
Centro Cívico  
CEP 80.530-120  
Curitiba - PR  
Fone (41) 3350-6600  
[www.bemparana.com.br](http://www.bemparana.com.br)  
[contato@bemparana.com.br](mailto:contato@bemparana.com.br)

FALE CONOSCO  
Chefe de redação: (3350-6651) Josianne Ritz  
Política (3350-6674) Ivan Santos  
Geral (3350-6668) Mario Akira  
Economia (3350-6668) Mario Akira  
Diversão e Arte (3350-6651) Josianne Ritz  
Esportes (3350-6677) Silvio Rauth Filho  
Fotografia (3350-6679) Franklin de Freitas

REPRESENTANTE  
**PARANÁ/PR** - RDP - Redes Diários do Paraná S/A  
Rua Marechal Hermes, 990, Juvevê, Curitiba, CEP 80.530-230, fone (41) 3019-3500  
**BRASILIA** - REDEPAR/IBIS&ZMC Comunicações  
SCLN 311 - Bloco D - Sala 111 - ASA NORTE - BRASILIA - DF  
(61) 3349-5061/9986-2467 - CEP 70.757-540  
**PORTO ALEGRE** - REDEPAR/JC COMUNICAÇÕES  
Av. Venâncio Alves, 1191 - Cj. 82 - Bonfim - PORTO ALEGRE - RS  
(51) 3332-3994/8445-8566 - CEP 90 040 - 193  
**SÃO PAULO / RIO DE JANEIRO / FLORIANÓPOLIS** - REDEPAR/Paraná  
Rua Marechal Hermes, 990 - CURITIBA/Pr - CEP 80.530-230  
(41)3019-3500 / 9972-3735 - florenzano@redepar.com.br

Fundador **ROBERTO BARROZO FILHO (1922-1999)**

**RODRIGO BARROZO**  
Diretor

**RONEY RODRIGUES PEREIRA**  
Superintendente

**JOSIANNE RITZ**  
Chefe de Redação

**LYCIO VELLOZO RIBAS**  
Secretário de Redação

ATENDIMENTO AO ASSINANTE  
41 33506600

## Aqua-Foz Aquário de Foz do Iguaçu S/A

CNPJ 42.651.953/0001-60

Relatório da Administração: Srs Acionistas em Conformidade com os dispositivos legais e estatutários, submetemos à sua aprovação as Demonstrações Financeiras fundadas em 31 de dezembro de 2022.

## Balço Patrimonial 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Nota	2022	2021
			(não auditado)
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	29.410	-
Adiantamento a terceiros		2	-
Tributos a recuperar		143	-
Total do ativo circulante		29.555	-
<b>Imobilizado</b>	5	18.995	14.161
Total do ativo não circulante		18.995	14.161
Total do ativo		48.550	14.161
<b>Passivo</b>			(não auditado)
<b>Circulante</b>			
Debêntures	6	786	-
Fornecedores	7	232	-
Tributos a recolher	8	4	-
Dividendos a distribuir		5	-
Imposto de renda e contribuição social		1.027	-
Total do passivo circulante		30.432	-
<b>Não circulante</b>			
Debêntures	6	30.432	-
Total do passivo não circulante		30.432	-
Total do passivo		31.459	-
<b>Capital social</b>	8	17.193	11.000
Prejuízos acumulados		(102)	-
Total do patrimônio líquido		17.091	11.000
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	3.161
Total do patrimônio líquido e recursos capitalizáveis		17.091	14.161
Total do passivo e patrimônio líquido e recursos capitalizáveis		48.550	14.161

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Notas explicativas às demonstrações contábeis 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais). 1. Informações gerais: Contexto operacional: O Aqua-Foz Aquário de Foz do Iguaçu S.A. (a "Companhia"), constituído em 9 de julho de 2021, com sede na cidade de Foz do Iguaçu, tem por objeto social a implantação, a construção, a manutenção e a operação do "Aquário da cidade de Foz do Iguaçu" o qual encontra-se em processo de finalização das licenças para início efetivo das obras. O objetivo da Companhia é operar um equipamento moderno e multifuncional de lazer, entretenimento, cultura, pesquisa e educação ambiental, criando a oportunidade da cidade de Foz do Iguaçu oferecer a visitação de um espaço único com atrações e tecnologias inovadoras. A emissão destas demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 14 de abril de 2023. 2. Resumo das principais políticas contábeis: As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

## 2.1. Declaração de conformidade com relação às normas do CPC: As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

## 2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais (RS), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação.

## 2.3. Classificação corrente versus não corrente: A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: (i) Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decorrer normal do ciclo operacional da entidade; (ii) Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; (iii) Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e (iv) É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado não circulante quando: (i) Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade; (ii) Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; (iii) Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e (iv) A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

## 2.4. Mensuração do valor justo: A Companhia mensura instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo em cada data de reporte. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

(i) No mercado principal para o ativo ou passivo; (ii) Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso. A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis e minimizando o uso de dados não observáveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações contábeis são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, como base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: • Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração; • Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e • Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis ao valor justo de forma recorrente, a companhia determina se ocorreram transferências entre níveis de hierarquia, reavaliando a categorização no fim de cada período divulgado.

## 2.5. Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem aplicações financeiras e depósitos bancários de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

## 2.6. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente: Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando estas forem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. Ativos financeiros: Os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados

ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado, dependendo de sua classificação. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para os custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" (também referido como teste de "SPPI") sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados, pela Companhia, em duas categorias: (i) Ativos financeiros ao custo amortizado; (ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Conforme descritos na nota 9, a Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Derivativos, inclusive derivativos embutidos separados, também não são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumento de hedge eficazes. A companhia não possui instrumentos financeiros derivativos, nem contabilidade de "hedge". Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Não obstante os critérios para os instrumentos de dívida ser classificados pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, os instrumentos de dívida podem ser designados pelo valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se isso eliminar, ou reduzir significativamente, um descaimento contábil. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) deixa de ser reconhecido quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram, ou (ii) a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e houve a transferência substancial de todos os riscos e benefícios do ativo, ou não houve a transferência nem retenção substancial de todos os riscos e benefícios do ativo, mas ocorreu a transferência do controle do ativo. Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, em que medida, releve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferir o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento contínuo. Neste caso reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia. O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo; e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia). Redução ao valor recuperável de ativos financeiros: A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas, quando aplicável, para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluem fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência. Passivos financeiros: Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados, pela Companhia, ao custo amortizado,

## Demonstração do resultado Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e período de 09 de julho (data da constituição) a 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2022	2021
			(não auditado)
<b>Despesas operacionais</b>			
Despesas gerais e administrativas		(77)	-
Resultado operacional		(77)	-
<b>Despesas financeiras</b>			
Receitas financeiras		(20)	-
Resultado financeiro, líquido		(20)	-
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(97)	-
Imposto de renda e contribuição social		(5)	-
Prejuízo líquido do exercício		(102)	-
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis			
<b>Demonstração do resultado abrangente 31 de dezembro de 2022 e período de 09 de julho (data da constituição) a 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)</b>			
		2022	2021
			(não auditado)
Prejuízo líquido do exercício		(102)	(102)
Total do resultado abrangente do exercício		(102)	(102)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis			
<b>Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e período de 09 de julho (data da constituição) a 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)</b>			
		Capital social	Prejuízos acumulados
			Total do patrimônio líquido
Integralização do capital social em 09 de julho de 2021		11.000	-
Em 31 de dezembro de 2021 (não auditado)		11.000	11.000
Prejuízo líquido do exercício		-	(102)
Integralização de capital - Nota 8		6.193	6.193
Em 31 de dezembro de 2022		17.193	(102)
		17.193	17.091
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis			

## Demonstração dos fluxos de caixa 31 de dezembro de 2022 e período de 09 de julho (data da constituição) a 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)

	2022	2021
		(não auditado)
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(97)	(97)
<b>Variações nos ativos e passivos:</b>		
Tributos a recuperar	(143)	-
Adiantamentos a terceiros	(2)	-
Fornecedores	232	-
Tributos a recolher	4	-
Caixa proveniente das operações	(6)	-
Juros pagos	(856)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(862)	-
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>		
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(2.909)	(3.161)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(2.909)	(3.161)
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Captação de debêntures	30.149	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	3.161
Aumento de capital	3.032	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	33.181	3.161
Redução (geração) líquida de caixa e equivalentes de caixa	29.410	-
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	29.410	-
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis		

## Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraiados e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação deixa de reconhecer no passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. 2.7. Imobilizado: Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração, incluindo custos de financiamentos para projetos em construção de longo prazo, caso os critérios para reconhecimento sejam atendidos. A Companhia inclui no valor contábil de um item do imobilizado o custo de peças de reposição somente quando for provável que este custo lhe proporcione futuros benefícios econômicos. Um item de imobilizado é baixado quando vendido e passado o controle ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada com base no método linear para alocação de custos, menos o valor residual durante a vida útil, que é estimada como segue: • Edificações - 25-40 anos. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação e amortização dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidos" na demonstração do resultado. 2.8. Tributação: As receitas financeiras estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas alíquotas básicas a seguir:

## Nome do tributo Sigla Aliquotas

Contribuição para o Programa de Integração Social PIS 0,65%

Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social COFINS 4%

Esses encargos são apresentados como despesas financeiras na demonstração do resultado. A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é calculado com base no lucro tributável pela alíquota de 25% e a contribuição social pela alíquota de 9%, reconhecidos pelo regime de competência. As despesas fiscais do exercício compreendem o imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido. O imposto de renda é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Os encargos do imposto de renda e da contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas leis tributárias em vigor ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias decorrentes das diferenças entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis, de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social sobre o lucro ou créditos fiscais não utilizados anteriormente. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados com base em alíquotas de imposto e leis fiscais em vigor, ou substancialmente promulgadas, na data-base das demonstrações contábeis. O valor contábil do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos é avaliado anualmente e uma provisão para desvalorização é registrada quando o valor contábil não pode ser recuperado com base no lucro tributável, presente ou futuro. 2.9. Capital social: As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. 2.10. Receitas e despesas financeiras: Receita financeira compreende juros recebidos ou a receber sobre aplicações financeiras, atualizações monetárias. Receitas de juros são reconhecidas pelo período de competência a não ser que o recebimento seja duvidoso. Despesas financeiras compreendem juros a pagar sobre empréstimos calculados com base na taxa de juros efetiva, perdas com ativos financeiros classificados como mantidos para negociação, perdas por redução ao valor de recuperação de ativos financeiros disponíveis para venda, assim como qualquer perda financeira. Todos os juros e custos incorridos relacionados a um empréstimo ou uma transação financeira são reconhecidos, conforme incorridos, como despesas financeiras, exceto quando capitalizados. 2.11. Custo de empréstimos: Os saldos dos empréstimos são inicialmente reconhecidos pelos valores contratuais, no momento do recebimento dos recursos. Em seguida, os valores passam a ser amortizados conforme cronograma de pagamentos, em linha com as cláusulas previstas em seus respectivos contratos. 2.12. Novas normas, alterações e interpretações de normas vigentes em 31 de dezembro de 2022. As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2022. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Alterações aplicáveis a partir de 01 de janeiro de 2023: • IFRS 17 - Contratos de seguro equivalente ao CPC 50; • Alteração ao IAS 1 / CPC 26 "Apresentação das Demonstrações Contábeis"; • Alteração ao IAS 1 / CPC 26 e IFRS Practice Statement 2 (equivalente a Revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis); • Alteração ao IAS 8 / CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (equivalente a Revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis); • Alteração ao IAS 12 / CPC 32 - Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis). Não há outras normas IFRS/CPC ou interpretações IFRIC/ACPC que ainda não tenham entrado em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações contábeis da Companhia. 2.13. Distribuição de dividendos: A distribuição de dividendos para os acionistas da companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição, pela administração, do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto da Companhia e de suas controladas. 2.14. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022: A companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2022 (exceto quando indicado de outra forma).

**Aqua-Foz Aquário de Foz do Iguaçu S/A**

CNPJ 42.651.953/0001-60

A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. Alterações no CPC 37 (RI), CPC 48, CPC 29, CPC 27, CPC 25 e CPC 15 (RI). As alterações aos pronunciamentos acima são em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias entre 2018 e 2020, tais como: • Contrato Oneroso - custos de cumprimento de contrato; • Ativo imobilizado - vendas antes do uso pretendido; e • Referências à Estrutura conceitual. A Administração da Companhia concluiu que as atualizações mencionadas acima não geram impacto nas demonstrações contábeis da Companhia. **2.15. Provisões:** As provisões são reconhecidas quando: (i) a companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, com o uso de uma taxa antes do imposto que reflita as avaliações atuais do mercado para o valor do dinheiro no tempo e para os riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas:** Provisões, quando houver, serão constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência obrigatória e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Em 31 de dezembro de 2021 e 2022 não havia ações cuja perda estimada era considerada provável para fins de provisionamento e perda possível para fins de divulgação em nota explicativa. **Provisões para perdas por redução do valor recuperável em ativos não financeiros:** Os ativos não financeiros são revisados anualmente para verificação do valor recuperável. Quando houver indício de perda do valor recuperável, o valor contábil do ativo (ou a unidade geradora de caixa à qual o ativo tenha sido alocado) será testado. A perda é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Valor recuperável é o maior valor entre o valor justo de um ativo (ou de uma Unidade Geradora de Caixa (UGC)), menos as despesas de venda, e o valor em uso comparado com o valor contábil residual. Para fins de avaliação de perda, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Os ativos não financeiros que tenham sido reduzidos ao valor recuperável, com exceção do ágio, são revisados para identificar uma possível reversão da provisão para perdas por redução do valor recuperável na data do balanço. Em 31 de dezembro de 2022 nenhuma provisão para perda por redução do valor recuperável em ativos não financeiros foi registrada. **3. Estimativas, julgamentos e premissas contábeis significativas:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. **3.1. Estimativas e premissas contábeis críticas:** **Julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. **Estimativas e premissas:** As demonstrações contábeis, quando aplicável, são elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações são apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor a ser registrado. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Companhia não possui registrado estimativas ou premissas contábeis relevantes. **4. Caixa e equivalentes de caixa:**

	2022	2021
	(não auditado)	
Aplicações financeiras - Certificados de Depósitos Bancário (CDBs)	29.410	—
	29.410	—

As aplicações financeiras de liquidez diária são pós-fixadas e correspondem a operações realizadas com instituições que atuam no mercado financeiro nacional, tendo como características alta liquidez, sem qualquer penalidade, sem prejuízo da receita reconhecida ou risco de variação significativa no seu valor, que são remuneradas a uma taxa efetiva de 100% do CDI em 31 de dezembro de 2022.

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis**

Aos Diretores e Acionistas da Aqua-Foz Aquário de Foz do Iguaçu S.A. Rio de Janeiro - RJ. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da Aqua-Foz Aquário de Foz do Iguaçu S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia em 31 de dezembro de 2022 o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principal assunto de auditoria:** Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Este assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre este assunto. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis", incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, forneceram a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia. **Emissão de debêntures não conversíveis em ações:** Conforme divulgado na nota explicativa 6, em 04 de agosto de 2022, a Companhia emitiu debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 476, de 16 de janeiro de 2009. O montante captado foi R\$ 32.000 mil, as debêntures possuem um custo pós-fixado de 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e custo pré-fixado de 3,9% ao ano. Os juros são pagos trimestralmente, desde a data de emissão e o pagamento do

**5. Imobilizado: a) Composição do saldo imobilizado:**

Custo	Imobilizado		Total
	Obras em andamento	Terrenos	
Integralização com terreno	—	11.000	11.000
Adições	2.934	227	3.161
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>2.934</b>	<b>11.227</b>	<b>14.161</b>
Adições (*)	4.834	—	4.834
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>7.768</b>	<b>11.227</b>	<b>18.995</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>2.934</b>	<b>11.227</b>	<b>14.161</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>7.768</b>	<b>11.227</b>	<b>18.995</b>

(\*) Das adições do exercício houve o impacto de R\$ 1.925 relacionados a juros das debêntures associados a construção do ativo e (1.283) referente a rendimentos de aplicações financeiras dos valores de debêntures mantidos em caixa temporariamente. Os valores registrados em obras em andamento referem-se aos gastos com licenças do projeto em construção do Aquário Marinho de Foz do Iguaçu. As obras estão previstas para serem concluídas no exercício de 2024.

**6. Debêntures:**

Modalidade	2021	Captação (não auditado)	Pagamento		Juros dos (+)	2022
			de principal (-)	mento de juros (-)		
Custo de captação - Debêntures	—	(1.851)	—	—	83	(1.768)
Debêntures não-conversíveis públicas	—	32.000	—	(856)	1.842	32.986
	—	30.149	—	(856)	1.925	31.218
Circulante	—	—	—	—	—	786
Não circulante	—	—	—	—	—	30.432

a) **Informações sobre as debêntures:** Em 04 de agosto de 2022 a Companhia procedeu com a 1ª emissão de debêntures não-conversíveis, no valor de R\$ 70.000, sendo a 1ª série no montante de R\$ 32.000 com recebimento líquido dos recursos ainda em agosto de 2022, e a 2ª série no montante de R\$ 38.000 ainda pendente de sua liberação. As debêntures possuem um custo pós-fixado de 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e custo pré-fixado de 3,9% ao ano. Os juros serão pagos trimestralmente, a partir da data de emissão, sempre no dia 25 dos meses de outubro, janeiro, abril e julho de cada ano, sendo o primeiro pagamento devido em 25 de outubro de 2022, e a última na data de vencimento em 2027. O pagamento do saldo principal das debêntures será amortizado em 7 parcelas semestrais consecutivas, devidas sempre nos dias 25 dos meses de janeiro a julho de cada ano, sendo a primeira parcela em 2024 e as demais parcelas serão devidas nas respectivas datas de amortização das debêntures, sendo o seu início em 25 de julho de 2024 e o final em 2027. b) **Cláusulas restritivas ("covenants"):** A primeira emissão de debêntures possui cláusulas restritivas vinculadas à manutenção de determinados índices financeiros, conforme abaixo: (1) Cálculo da dívida líquida pelo EBITDA, cujo índice financeiro é obtido pela divisão da dívida líquida pelo EBITDA consolidado da acionista Cataratas do Iguaçu S.A. ("Fiadora"), sendo o fator de 2022 deve ser menor ou igual a 4,5. Para os anos subsequentes, deverá apresentar dívida líquida dividida pelo EBITDA da Fiadora menor que 3, até a data de vencimento das Debêntures; (2) Capital social integralizado até o 2º aniversário do início da implementação do projeto no montante igual ou superior a R\$ 23.243. Em 31 de dezembro de 2022, a administração da Companhia avaliou que foram atendidos os índices financeiros mencionados acima. **Garantias:** Em relação a primeira debênture foi oferecido como garantia: Hipoteca do imóvel, terreno avaliado em R\$ 11.000 e cessão fiduciária de direitos creditórios de titularidade do Aqua-Foz Aquário Marinho de Foz do Iguaçu S.A. c) **Cronograma de amortização da dívida de longo prazo:**

	2022
2024	3.905
2025	1.429
2026	3.915
2027	21.183
	30.432

7. **Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores no valor de R\$ 232 em dezembro de 2022, se refere a obrigações a pagar para atividades recorrentes e operacionais da empresa relacionados a construção e estruturação do projeto. **8. Patrimônio líquido:** a) **Capital social:** Em 31 de dezembro de 2022 o capital social integralizado é de R\$17.193 (R\$ 11.000 em dezembro de 2021 - Não auditado), estando divididos em 11.000.000 ações ordinárias em ambos os exercícios. O valor médio unitário em 31 de dezembro de 2022 é de R\$1,56 (um real e cinquenta e seis centavos) (Em 31 de dezembro de 2021 o valor unitário era de R\$1,00).

principal das debêntures será amortizado em 7 parcelas semestrais consecutivas. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo das debêntures corresponde a R\$ 31.218 mil. O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista a relevância dos valores envolvidos e dos eventuais efeitos sobre as demonstrações contábeis e liquidez da Companhia no caso de não atingimento dos índices financeiros a serem apurados. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 incluíram: (a) análise da escrituração e respectivos termos relacionados às debêntures; (b) confirmação externa do saldo junto ao agente fiduciário; (c) recálculo dos juros e; (d) entendimento junto à administração dos controles internos relevantes ao registro das debêntures. Baseado no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as debêntures, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas de reconhecimento e mensuração do referido instrumento financeiro adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações efetuadas na nota explicativa 6 são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. **Outros assuntos de auditoria: Auditoria dos valores correspondentes.** As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentadas para fins de comparação, não foram auditadas por nós ou por outro auditor independente. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais

Acionista	31 de dezembro de 2022			% de Participações
	Quantidade de ações Ordinárias	Capital Social (R\$)	Preferenciais	
Cataratas do Iguaçu S.A.	11.000.000	—	17.193	100,00%
<b>Total</b>	<b>11.000.000</b>	<b>—</b>	<b>17.193</b>	<b>100,00%</b>

b) **Adiantamento para futuro aumento de capital ("AFACs"):** São representados por recursos obtidos, que serão utilizados em futura integralização de capital, no valor total de R\$ 0 (R\$ 3.161 em 31 de dezembro de 2021 - Não auditado). Em 27 de junho de 2022, foi aprovado através da Ata da 1ª Assembleia Geral Ordinária e 1ª Assembleia Geral Extraordinária a integralização dos AFACs em capital social no montante de R\$ 6.174 sem a emissão de novas ações. E ainda no exercício de 2022, em 30 de dezembro de 2022, foi aprovado através da Ata da 3ª Assembleia Geral Extraordinária a integralização dos AFACs em capital social no montante de R\$ 19 sem a emissão de novas ações. c) **Reserva legal:** A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Em dezembro de 2022 a Companhia apresentou prejuízo não sendo constituído reserva legal. d) **Distribuição de dividendos:** Conforme previsto em estatuto social, após a constituição da reserva legal, o lucro remanescente, ajustado pela constituição de reservas de contingências e respectiva reversão, se for o caso, será distribuído na seguinte ordem: (a) 25% será destinado ao pagamento de dividendo obrigatório; e, (b) até 75% poderá ser retido com base em orçamento de capital e/ou destinados à constituição de reserva de investimento para assegurar a manutenção do nível de capitalização da Companhia. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia apresentou prejuízo, não sendo constituído dividendos obrigatórios no exercício. **9. Instrumentos financeiros: Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros:** Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros. A hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo: **Nível 1** - Dados provenientes de mercado ativo de forma que seja possível acessar diariamente. **Nível 2** - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado. **Nível 3** - Dados extraídos de modelo de preço baseado em dados não observáveis de mercado. O quadro abaixo apresenta os valores contábeis e valores justos dos principais ativos e passivos financeiros da Companhia, em 30 de dezembro de 2022.

Ativos	Nível	Valor contábil		Valor Justo
		2022	2022	
Mensuradas ao valor justo				
Caixa e equivalentes de caixa	2	29.410	29.410	
Mensurado ao custo amortizado				
Adiantamento a terceiros	2	2	2	
		29.412	29.412	
Passivos				
Mensuradas ao custo amortizado				
Debêntures	2	31.218	32.986	
Fornecedores	2	232	232	
		31.450	33.218	

A Administração da Companhia entende que os instrumentos financeiros, os quais estão reconhecidos nas demonstrações contábeis pelos seus valores contábeis não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado. **10. Gestão de capital:** Um dos principais índices para monitorar a estrutura de capital é o índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total das debêntures (incluindo circulante e não circulante, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado por meio da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

	2022
Total das debêntures (Nota 6)	31.218
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	(29.410)
Dívida líquida (a)	1.808
Total do patrimônio líquido (b)	18.095
Total do capital (a) + (b)	19.903
Índice de endividamento líquido - %	9,08%

**Pablo Ricardo de Oliveira Morbis - CEO; Ricardo Beraldi Porto - CFO Tatiane da Silva Martins - Contador - CRC RJ 115967/O-0**

de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Rio de Janeiro, 14 de abril de 2023.

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. Ltda.  
CRC-SP015199/F  
Felipe Sant'Anna Vergete - Contador CRC-RJ106842/O



**BARI SECURITIZADORA S.A.**CNPJ/ME 10.608.405/0001-60 - NIRE 41300313067  
**Edital de Convocação - Assembleia Geral dos Titulares de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª (Primeira) Série da 1ª (Primeira) Emissão da Bari Securitizadora S.A.**

A Bari Securitizadora S.A. na qualidade de Emissora dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª (Primeira) Série da 1ª (Primeira) "CRI", "Emissão" e "Emissora", respectivamente, nos termos da cláusula 12.4 do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da 1ª (Primeira) Série da 1ª (Primeira) Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Bari Securitizadora S.A. celebrado em 27 de novembro de 2013 ("Termo de Securitização"), e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, sociedade com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 4, sala 514, Barra da Tijuca, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("CNPJ") sob o nº 17.343.682/0001-38 na qualidade de agente fiduciário ("Agente Fiduciário"), convoca os Srs. Titulares dos CRI ("Titulares dos CRI") a participarem da **Assembleia Geral dos Titulares de CRI, em segunda convocação, a ser realizada no dia 23 de maio de 2023, às 15:00 horas ("Assembleia")**, de modo exclusivamente digital, por videoconferência online na plataforma "Google Meet", administrada pela Emissora, sem possibilidade de participação de forma presencial, nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), sendo o acesso disponibilizado, pela Emissora, individualmente aos titulares dos CRI devidamente habilitados nos termos deste Edital, sendo possível a manifestação de voto via Instrução de Voto, para deliberar sobre: (i) **waiver** dos Investidores quanto à ocorrência do Evento de Recompra Compulsória dos CRI conforme previsto na cláusula 6.3, item "c" do Termo de Securitização, relacionado à denúncia da locação ocorrida mediante notificação direcionada pela Locatária à Cedente, sendo que as informações necessárias para as decisões serão disponibilizadas aos que direcionarem os documentos para participação na Assembleia; (ii) caso não aprovado o item (i) acima, os Investidores deverão deliberar as providências a serem tomadas em decorrência do Evento de Recompra Compulsória e do não pagamento do Valor da Recompra pela Cedente inclusive, mas não exclusivamente em relação à excussão das garantias e qual(is) garantia(s) deverá(ão) ser excussadas e em qual ordem considerando que na Oferta temos as garantias de fiança e alienação fiduciária do imóvel; (iii) caso aprovado o item (ii) acima, a contratação de escritório especializado para execução das garantias e a manutenção de Fundo de Despesas em volume suficiente para fazer frente às despesas de excussão das garantias bem como de eventuais manifestações em defesa dos interesses do patrimônio separado; (iv) considerando a referida ocorrência do Evento de Recompra Compulsória dos CRI, relacionado à denúncia da locação, concessão de **waiver** dos Investidores para não renovação, e consequente não envio ao Agente Fiduciário, da Apólice de Seguro prevista na cláusula 2.1.3, (b) do Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Bens Imóveis e Outras Avenças ("Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel"), e (v) autorizar a Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, a realizar todos os atos e celebrar todos e quaisquer documentos necessários para a implementação das deliberações desta Assembleia, incluindo, mas não se limitando, à celebração de aditamentos aos Documentos da Operação, conforme previsto no Termo de Securitização. Os titulares dos CRI que desejarem participar da Assembleia deverão encaminhar, preferencialmente, em até 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da realização da Assembleia, os documentos de representação (contrato/estatuto social, ata de eleição, procuração, e documento de identificação RG e CPF dos signatários) para o seguinte endereço eletrônico: **assembleias@pentagonotruster.com.br** com cópia para **pos-emissao@barisecurizadora.com.br**. Os titulares dos CRI poderão enviar seu voto de forma eletrônica à Emissora com cópia do Agente Fiduciário, conforme modelo de Instrução de Voto disponibilizado na mesma data da publicação deste Edital de Convocação pela Emissora em seu website, sendo sugerido seu envio preferencialmente até 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da data de realização da Assembleia. O link de acesso à plataforma eletrônica será disponibilizado pela Emissora apenas aos titulares dos CRI que manifestarem interesse em participar da Assembleia, através dos endereços eletrônicos e no prazo preferencial de 48 (quarenta e oito) horas de antecedência acima informados.

São Paulo, 08 de maio de 2023. Bari Securitizadora S.A.

**SÚMULA DE REQUERIMENTO DE LICENÇA PRÉVIA**

A Empresa DE CONTO AUTOMACAO INDUSTRIAL LTDA, - CNPJ: 12.909.233/0001-90, torna público que irá requerer à Secretária Municipal de Meio Ambiente, a Licença prévia para a atividade de fabricação de máquinas e equipamentos, peças e acessórios para uso industrial; comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática; comércio atacadista de outras máquinas e equipamentos, partes e peças; comércio varejista de tintas e materiais para pintura; manutenção e reparação de máquinas e equipamentos; aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais; comércio atacadista de tintas, vernizes e similares; comércio varejista de outros produtos e o comércio atacadista de equipamentos de informática; atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral; representação comercial e agente do comércio de mercadorias e a importação e exportação, implantada na Rua Presidente Marechal Dutra, nº 280, Galpão C, bairro Cidade Industrial, Curitiba/PR, CEP: 81.310-350.

**CAIXA**MINISTÉRIO DA  
FAZENDAGOVERNO FEDERAL  
BRASIL  
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO**AVISO DE VENDA****Edital de Leilão Público nº 3079/0223-CPA/RE - 1º Leilão e nº 3080/0223 CPA/RE - 2º Leilão**

A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CAIXA, por meio da CN Manutenção de Bens, torna público aos interessados que venderá, pela maior oferta, respeitado o preço mínimo de venda, constante do anexo II, deste Edital, em estado físico e de ocupação em que se encontra(m), imóvel (s) recebido (s) em garantia, nos contratos inadimplentes de Alienação Fiduciária, de propriedade da CAIXA. O Edital de Leilão Público - Condições Básicas, do qual é parte integrante o presente aviso de Venda, estará à disposição dos interessados de 12/05/2023 até 11/06/2023, no primeiro leilão, e de 21/06/2023 até 26/06/2023, no segundo leilão, em horário bancário, nas Agências da CAIXA em todo território nacional e no escritório do leiloeiro Sr. PAULO ROBERTO ALVES BOTELHO, Avenida Rio Branco 151, sala 502, Centro/PR, CEP 20040-006, (21) 2509-2147 / (21) 2508-7007 / (21) 98582-9550 e atendimento de segunda a sexta das 9h às 17h, site: [www.paubotelhoileiteiro.com.br](http://www.paubotelhoileiteiro.com.br). O Edital estará disponível também no site: [www.caixa.gov.br/movimentacao](http://www.caixa.gov.br/movimentacao). O 1º Leilão realizará-se no dia 12/06/2023, às 10h (horário de Brasília), e os lotes remanescentes, serão ofertados no 2º Leilão no dia 27/06/2023, às 10h (horário de Brasília), ambos exclusivamente no site do leiloeiro: [www.paubotelhoileiteiro.com.br](http://www.paubotelhoileiteiro.com.br).

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CN MANUTENÇÃO DE BENS

**AVISO DE LICITAÇÃO**

O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO TRIUNFO, através da Secretária Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO nº 25/2023 - PMSJT. Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO E DETONAÇÃO ROCHAS, NAS PEDREIRAS MUNICIPAIS LICENCIADAS.** Abertura: 25/05/2023 às 09h:00min, Critério de Julgamento: menor preço unitário por item. Valor máximo: R\$ 1.752.750,00. O Edital baixado através do site ou [www.bl.org.br](http://www.bl.org.br), ou ainda no site: [www.sjtrunfo.pr.gov.br](http://www.sjtrunfo.pr.gov.br) (Portal da Transparência). Maiores informações através do fone 42-34471222.

São João do Triunfo, 11 de maio de 2023.

Maria Angélica Gabre Hallia - Secretária Municipal de Administração

**SÚMULA DE REQUERIMENTO DE LICENÇA SIMPLIFICADA**

A NV INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PLASTICOS LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ 48.813.467/0001-87 torna público que irá requerer à Secretária Municipal do Meio Ambiente de Pinhais/PR, a Licença Simplificada para Indústria, Comércio, Distribuição, Importação, Exportação de produtos plásticos e derivados, Manutenção e Fabricação de equipamentos industriais, bem como a prestação de serviços relacionados aos mesmos a ser implantada na Rua Mandaguari, nº 1585, Emiliano Pereta, Pinhais/PR.

**SÚMULA DE REQUERIMENTO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO**

ARAGUAIA S.A., CNPJ: 03.306.578/0068-76 torna público que **irá requerer** ao IAT, a Licença de Operação para comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo instalada na Rua Agrimensor Carlos Hasselmann, 55 - Fazenda Velha - Araucária/PR.

**SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA**

ARAGUAIA S.A., CNPJ: 03.306.578/0068-76 torna público que **recebeu** do Instituto Água e Terra, a Licença Prévia - LP, com validade de 09/05/2025, para comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo na Rua Agrimensor Carlos Hasselmann, 55 - Fazenda Velha - Araucária/PR.

EDITAL DE CITAÇÃO DESTINATÁRIOS: FERNANDO MARTINS DE CARVALHO e ROSANA CAMARGO PRAZO DE 35 dias úteis O Juiz de Direito Rogério de Assis, da 2ª Vara Cível de Curitiba, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Execução de Título Extrajudicial, assunto Despesas Condominiais, sob nº 0007535-27.2021.8.16.0194, em que é executado: CONDOMÍNIO EDIFÍCIO PROFESSOR OCTÁVIO DE SA BARRETO, e executados: ROSANA CAMARGO e FERNANDO MARTINS DE CARVALHO, e que não foi possível localizar pessoalmente as partes executadas: ROSANA CAMARGO inscrita no CPF 185.308.889-91 e FERNANDO MARTINS DE CARVALHO, portador do RG 42259817 SSP/PR, inscrito no CPF 584.429.109-30. Desta forma, se procede por meio deste edital sua CITAÇÃO para, no prazo de 03 (três) dias, procederem ao pagamento do valor de R\$ 17.299,34 (dezesete mil, duzentos e noventa e nove reais e trinta e quatro centavos), atualizado até Dezembro/2022, sendo que neste caso os honorários advocatícios serão devidos na proporção 50% (cinquenta por cento) do fixado pelo MM. Juiz (art. 827, §1º, NCPC), bem como sua INTIMAÇÃO, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis (contados da data da juntada do presente mandado de citação nos autos - art. 315 do NCPC), independentemente da realização da penhora, depõem ou causam, apresentarem embargos, ciência de que no prazo para embargos, em reconhecendo o crédito executante e comprovado nos autos o depósito de 30% (trinta por cento) do valor da execução, inclusive custas e honorários advocatícios, poderá requerer o pagamento do débito restante em até 06 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% ao mês, nestes autos supramencionados. RESENHA DA INICIAL: O primeiro executado é proprietário do Conjunto 1501 do Condomínio Edifício Professor Octávio de Sa Barreto, no endereço supracitado, conforme se verifica na cópia atualizada da matrícula de nº 86.355, e, nesta qualidade, está obrigado a contribuir no rateio das despesas condominiais, exatamente como dispõe o artigo 12 da Lei nº 4.591/64, que rege os condomínios, bem como o artigo 1.356, inciso I, do Código Civil. A segunda executada, segundo informações fornecidas no cadastro de moradores e também, conforme e-mails juntados, é ocupante do imóvel, se declarando também proprietária. Assim que ocupou o imóvel, a segunda executada montou seu consultório médico e passou a pagar as taxas de condomínio em dia, sem nunca apresentar nenhum documento que demonstrasse a sua propriedade. Até é possível que esta tenha adquirido o imóvel mediante um compromisso de compra e venda ou de doação. Mas, por não se ter tal documento e o imóvel estar registrado em nome de outra pessoa, requer que os dois executados figurem no polo passivo da ação. Nos períodos de 05/06/2020, 05/07/2020, 05/08/2020, 05/09/2020, 05/10/2020, 05/11/2020, 05/12/2021, 05/02/2021, 05/03/2021, 05/04/2021, 05/05/2021, 05/06/2021 e 05/07/2021, os executados não cumpriram com suas obrigações condominiais, uma vez que deixaram de pagar as taxas de condomínio. Assim, o valor devido ao autor, a título de taxas de condomínio, devidamente atualizadas, até a presente data, pelo INPC, com juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, multa de 2% (dois por cento) e honorários de 10% (dez por cento) e de R\$ 5.807,79 (cinco mil, seiscientos e sete reais e setenta e nove centavos). Conforme se verifica nos boletins e na planilha juntados, requerendo a final: a) Sejam os executados citados, para, em 3 (três) dias, pagar a dívida referente às taxas condominiais em aberto, conforme devidamente comprovado, no valor de R\$ 5.807,79 (cinco mil, seiscientos e sete reais e setenta e nove centavos) juros e correção, quantia essa acrescida de honorários advocatícios (verba que será reduzida à metade se houver o integral pagamento no prazo de três dias, conforme art. 827, § 1º, do NCPC), e todas as demais taxas condominiais que estiverem em aberto, mais custas e despesas processuais, com base no art. 829, NCPC; b) Não efetuado o pagamento, munido da segunda via do mandado, o Oficial de Justiça deverá proceder à imediata penhora dos bens do executado, bem como sua avaliação, lavrando-se o respectivo auto e intimando o executado na mesma oportunidade (NCPC, artigo 829, §1º). c) Não sendo encontrado o executado, deverá o Oficial de Justiça arrestar tantos bens do executado quantos bastem para garantia da execução (NCPC, artigo 830). Efetuado o arresto, deverá o merminho nos 10 (dez) dias úteis seguintes, procurar o executado 02 (duas) vezes em dias úteis e, havendo suspeita de ocultação, realizar a citação com hora certa (NCPC, artigo 833, § 1º). d) Independentemente da realização de penhora, depois do seu causação, o prazo para embargos é de 15 (quinze) dias úteis (artigos 915 e 231, NCPC). O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. O prazo de resposta será contado após o decurso de 20 (vinte) dias da publicação do presente Edital (art. 231, Inc. IV, CPC). Eu, Marciel de Avila Gislson, Analista Judiciário, conferi e digitei. Curitiba, 04 de maio de 2023. Rogério de Assis Juiz de Direito

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA ONLINE ANTONIO MAGNO JACOB DA ROCHA, leiloeiro oficial inscrito na JUCEPAR nº 08/020-L, com escritório à Rua Alferes Poli, 311 conjunto 4-B, Centro, Curitiba/PR, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário SERVOPA ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA, com sede na Rua Rockefeller, 1118, Bairro Reboças, em Curitiba/PR, CNPJ/ME nº 76.515.071/0001-99, nos termos do Instrumento Particular de Compra e Venda de Bem Imóvel, com caráter de Instrumento Público, com recursos advindos de Fundo Comum de Grupo de Consórcio, e Constituição e Alienação da propriedade fiduciária em Garantia, firmado em Curitiba/PR, em 16/09/2019, no qual figura como Devedores/Fiduciários: DIOGO ANDRADE DO NASCIMENTO, brasileiro, empresário, portador do RG nº 8.722.280-2 SSP/PR, inscrito no CPF/ME nº 037.111.599-07, casado sob o regime de comunhão parcial de bens com FERNANDA FÁTIMA DE LIMA DO NASCIMENTO, brasileira, do lar, portadora do RG nº 12.324.438-9 SSP/PR, inscrito no CPF/ME nº 084.336.999-03, residentes e domiciliados na Rua Tapajós, 422 - sobrado 02, Bairro Iguçu, Fazenda Rio Grande/PR; levará a PRIMEIRO PÚBLICO LEILÃO, Eletrônico (Online) nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no dia 13 de junho de 2023, às 10:30 horas (horário de Brasília), através do portal <https://rochaleiloes.com.br/>, com lance mínimo igual ou superior a R\$53.190,00 (cinquenta e três mil, cento e noventa reais), o imóvel abaixo descrito, com a propriedade consolidada em nome do credor fiduciário: IMÓVEL: Área 60 com 1.290,67m², objeto do desmembramento do lote remanescente nº 23 da Colônia Graú, situado na Avenida dos Pintassilgos, Lote 60, Zona 02, Ponte Alta, Morretes/PR. Divisas e confrontações constantes na Matrícula nº 4.973 do CRI de Morretes/PR LOCAL DE ARREMATACÃO: ONLINE - Somente através do site <https://rochaleiloes.com.br/> ATENÇÃO: Para participar dos leilões, o interessado deverá cadastrar-se com antecedência no site acima mencionado, fazer o cadastro completo e solicitar a sua habilitação. Informações através do telefone: (41) 3077-8880. OBSERVAÇÕES: Imóvel desocupado. O pagamento de débitos condominiais ou tributos, se houver, vencidos e/ou vincendos, incidentes sobre o imóvel, é de responsabilidade do arrematante. A arrematação é realizada na condição "ad corpus". O arrematante pagará à vista no prazo máximo de 24hs, a contar do encerramento do leilão, o preço total da arrematação e a comissão do leiloeiro, correspondente a 5% sobre o valor de arremate. Os pagamentos da arrematação e da comissão do leiloeiro, deverão ser efetuados de conta bancária de titularidade do ARREMATANTE. O arrematante ONLINE receberá por E-mail as instruções para os pagamentos. Caso haja arrematante, a Carta de Arrematação será firmada em até 60 dias da data do leilão. A outorga da escritura de compra e venda será lavrada em até 60 dias a contar da data do leilão, em Tabelionato de Notas indicado pelo Credor Fiduciário. DO LANCE: Os lances oferecidos via INTERNET não garantirão direitos ao participante em caso de recusa do leiloeiro, por qualquer ocorrência, tais como, quedas ou falhas da conexão de internet, linha telefônica ou quaisquer outras ocorrências, posto que a internet e o site do leiloeiro são apenas facilitadores de oferta. DA IRREVOGABILIDADE E IRRETRATABILIDADE DO LANCE: Os lances ofertados são irrevogáveis e irretiráveis. O Usuário é responsável por todas as ofertas registradas em seu nome, pelo que os lances não podem ser anulados e/ou cancelados em nenhuma hipótese. DA DESISTÊNCIA OU INADIMPLIMENTO: Caso o primeiro colocado desista da arrematação ou não recolha o valor do lance e/ou a taxa de comissão do leiloeiro, será chamado o segundo colocado e, na hipótese do segundo colocado também desistir ou inadimplir, será chamado o terceiro colocado e, assim, sucessivamente, sendo chamados tantos licitantes quantos forem necessários, até o recolhimento do preço, da taxa de comissão e expedição do auto de arrematação. Os licitantes chamados para o pagamento em caso de desistência ou inadimplência do licitante melhor colocado, deverão honrar o valor de seu maior lance ofertado durante o leilão, não podendo alegar que houve disputa e majoração do lance, uma vez que os lances foram ofertados por livre e espontânea vontade do licitante. Mesmo na hipótese de chamamento dos licitantes com colocação imediatamente inferior, os licitantes desistentes ou que deixarem de recolher o preço no prazo previsto, como penalidade, ficarão obrigados a pagarem a taxa de comissão do leiloeiro (calculada sobre o valor do lance não honrado) previstas neste edital, sem prejuízo das demais penalidades previstas neste edital e na legislação em vigor, hipótese que será observada mesmo que um dos licitantes chamados venha a honrar o preço e a taxa de comissão o leiloeiro. O inadimplente que não pagar a comissão devida ao Leiloeiro, terá seu cadastro bloqueado no portal e não poderá participar de novos leilões até que seja regularizada a pendência. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia 14 de junho de 2023, às 10:30 horas (horário de Brasília), através do portal <https://rochaleiloes.com.br/>, para realização do SEGUNDO LEILÃO, com lance mínimo igual ou superior a R\$61.643,61 (sessenta e um mil, seiscientos e quarenta e três reais e sessenta e um centavos). Pelo presente, ficam intimados o alienante fiduciário: DIOGO ANDRADE DO NASCIMENTO (CPF/ME nº 037.111.599-07), FERNANDA FÁTIMA DE LIMA DO NASCIMENTO (CPF/ME nº 084.336.999-03) ou seus representantes legais ou procuradores regularmente constituídos, acerca das datas designadas para a realização dos públicos leilões, caso por outro meio não tenha sido identificado. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial. OBSERVAÇÕES II: Valor mínimo do imóvel para o 1º Leilão: Corresponde ao valor de mercado do imóvel. Valor mínimo do imóvel para o 2º Leilão: Corresponde ao valor da dívida, acrescido das despesas, na forma prevista no artigo 27 da Lei 9.514/97.

**Bari Securitizadora S.A.**CNPJ/ME 10.608.405/0002-41 - NIRE 41300313067  
**Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária dos Titulares de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 67ª (Sexagésima Sétima) Série da 1ª (Primeira) Emissão da Bari Securitizadora S.A.**

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 67ª (Sexagésima Sétima) Série da 1ª (Primeira) emissão da Bari Securitizadora S.A. ("CRI", "Emissão" e "Emissora", respectivamente), nos termos da cláusula 13.4 do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da 67ª Série da 1ª (Primeira) Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Bari Securitizadora S.A. celebrado em 22 de janeiro de 2019 ("Termo de Securitização"), e Simplifio Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., sociedade com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Rua Sete de Setembro, nº 99, 24º andar, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("CNPJ") sob o nº 15.227.994/0001-50 na qualidade de agente fiduciário ("Agente Fiduciário"), a participarem da **Assembleia Geral Extraordinária dos Titulares de CRI, em segunda convocação, a ser realizada no dia 26 de maio de 2023, às 10:00 horas ("Assembleia")**, de modo exclusivamente digital, por videoconferência online na plataforma "Google Meet", administrada pela Emissora, sem possibilidade de participação de forma presencial, nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), sendo o acesso disponibilizado, pela Emissora, individualmente aos titulares dos CRI devidamente habilitados nos termos deste Edital, a Emissora convoca os titulares de CRI para deliberar sobre a: (i) aprovação ou não das demonstrações financeiras do Patrimônio Separado referente ao exercício social findo em dezembro de 2022, acompanhada do relatório dos auditores independentes, sem opinião modificada, cujo inteiro teor está disponibilizado no website da Emissora (acessar [www.barisec.com.br](http://www.barisec.com.br), buscar o ícone "Demonstrações Financeiras CRIs", "Demonstrações do Patrimônio Separado"), pesquisar pela "Série"; (ii) A alteração da cláusula 13.4 do Termo de Securitização para que todas as publicações ocorram exclusivamente de maneira digital na página que contém as informações do patrimônio separado no website da Emissora, e; (iii) Autorização à Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, para realizar todos os atos e celebrar todos e quaisquer documentos necessários para a implementação das deliberações desta Assembleia, incluindo, mas não se limitando, à celebração de aditamentos aos Documentos da Operação, conforme previsto no Termo de Securitização. Os titulares dos CRI que desejarem participar da Assembleia deverão encaminhar, em até 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da realização da Assembleia, os documentos de representação (contrato/estatuto social, ata de eleição, procuração, e documento de identificação RG e CPF dos signatários) para o seguinte endereço eletrônico: **agentefiduciario@vortex.com.br** com cópia para **pos-emissao@barisec.com.br**. O link de acesso à plataforma eletrônica será disponibilizado pela Emissora apenas aos titulares dos CRI que manifestarem interesse em participar da Assembleia, através dos endereços eletrônicos e no prazo de 48 (quarenta e oito) horas de antecedência acima informados.

São Paulo, 09 de maio de 2023

Bari Securitizadora S.A.

**AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 62/2023**

A Fundação Estatal de Atenção à Saúde torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação, sob a modalidade Pregão Eletrônico, com as seguintes características: Processo Administrativo n.º 74/2023 (01-112184). Pregão para ampla concorrência

**OBJETO:** Registro de preços para futuro fornecimento de materiais hospitalares.

**VALOR TOTAL ESTIMADO DO PREGÃO:** R\$ 396.164,93 (trezentos e noventa e seis mil, cento e sessenta e quatro reais e noventa e três centavos).

**DATA/HORÁRIO PARA ENVIO DE PROPOSTA(S):** a partir do dia 12/5/2023 às 08h até o dia 26/5/2023 às 08h39.

**INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA DE DISPUTA:** 26/5/2023 - a partir das 08h40.

**AS PROPOSTAS e lances** deverão ser encaminhados via internet respeitando a data e horários determinados acima. O portal em que ocorrerá a disputa é o [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br). **O EDITAL** está à disposição dos interessados no portal de compras da Feas: [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br) bem como no site da Feas: [www.feas.curitiba.pr.gov.br](http://www.feas.curitiba.pr.gov.br).

Somente poderão participar do envio de lances as empresas que estiverem devidamente cadastradas no portal de compras da Feas ([www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br)) e que apresentarem propostas.

**INFORMAÇÕES** pelos fones: (41) 3316-5927; 3316-5967. Curitiba, 12 de maio de 2023.

Silvia A. M. Ribeiro  
Pregoeira**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE  
ADMINISTRAÇÃO, GESTÃO DE PESSOAL  
E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

CURITIBA

**AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 141/2023 - SMAP/SMELJ**

**OBJETO:** Aquisição de equipamento e acessórios de musculação, através de sistema de registro de preços, pelo período de 12 (doze) meses, para atender a Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude.

**PROPOSTAS:** 26/05/2023 - 09h às 10h.

**LANCES:** 26/05/2023 - 10h05 às 10h45.

**O EDITAL** está à disposição dos interessados no portal de compras da Prefeitura Municipal de Curitiba: [www.compras.curitiba.pr.gov.br](http://www.compras.curitiba.pr.gov.br). Em caso de dúvidas, os interessados deverão entrar em contato pelos fones: (0XX41) 3350-9023/3350-9142, e 3350-9006.

Sandra Terezinha Pereira dos Santos  
PregoeiraEntre em contato conosco e solicite  
um orçamento.



**MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ**  
Estado do Paraná – Palácio São José  
Secretaria Municipal de Administração  
Departamento de Licitações e Suprimentos

**AVISO DE PREGÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2023**  
**REGISTRO DE PREÇOS Nº 021/2023**

**OBJETO:** Aquisição de Materiais de Consumo Médico-Hospitalares, para atender as necessidades das Secretarias Municipais. I.D. 1001102

**TIPO:** Menor Preço Total do Item

**DATA DA ABERTURA:** 29/05/2023 – **HORÁRIO:** 09:00 HORAS

**VALOR ESTIMADO:** R\$ 6.067.999,69 (seis milhões, sessenta e sete mil, novecentos e noventa e nove reais e sessenta e nove centavos)

**ENDEREÇO:** [www.paranagua.pr.gov.br](http://www.paranagua.pr.gov.br) (Portal da Transparência – Suprimentos – Compras – Licitações) e [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br).

**LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:** Lei nº 10.520/2002, Lei nº 8.666/1993, Lei Complementar nº 123/2006 com as alterações da Lei Complementar nº 147/2014. Outros esclarecimentos poderão ser fornecidos pelo Pregoeiro na Rua Júlia da Costa, 322, Centro, no horário das 08:00 às 11:00 e das 13:00 às 18:00 horas ou pelo telefone nº (41) 3721-1787.

PARANAGUÁ, 11 DE MAIO DE 2023  
**RONALD SILVA GONÇALVES**  
Pregoeiro



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAIS**  
**PARANÁ**  
Secretaria Municipal de Administração

**Aviso de Licitação – Errata**  
**Pregão Presencial nº 054/2023**  
**Sistema de Registro de Preços**

**ERRATA:** Considerando o equívoco formal constante do Aviso de Licitação, referente ao edital de licitação do Pregão Presencial nº 054/2023, publicado no Jornal Bem Paraná, em 11/05/2022, Edição 12.152, fixamos o seguinte: **onde se lê: EDITAL:** Estará disponível aos interessados, do dia 11/05/2023 ao dia 24/05/2023. **Leia-se: EDITAL:** Estará disponível aos interessados, do dia 12/05/2023 ao dia 24/05/2023. Demais informações permanecem inalteradas. Pinhaís, 11/05/2023.



**PREFEITURA MUNICIPAL DA LAPA**  
Praça Mirazinha Braga, 87 – Centro  
CEP 83.750-000 – (41) 3547.8000  
<https://lapa.atende.net>

**ESTADO DO PARANÁ**  
**Município da Lapa**  
**AVISO DE RETIFICAÇÃO**

**EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2021**

A Prefeitura Municipal da Lapa torna público a todos os interessados a retificação do EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2021, cujo objeto trata-se "Contratação temporária de Pessoas Físicas e/ou Jurídicas para a prestação de serviços de Monitor de Transporte Escolar exclusivamente ao município da Lapa-PR". Informamos que houve alterações no Edital publicado no DOU – Seção 3, Edição Nº 123, na data de 02/07/2021 e que o aviso contendo as alterações se encontra disponível no Portal do Cidadão – Município da Lapa, endereço: [lapa.atende.net](http://lapa.atende.net) - acesso identificado no link – "licitações/credenciamento".

Lapa, 10 de maio de 2023.  
**Regina Maria Brunatto**  
Presidente da Comissão Permanente de Licitações



**PREFEITURA MUNICIPAL DA LAPA**  
Praça Mirazinha Braga, 87 – Centro  
CEP 83.750-000 – (41) 3547.8000  
<https://lapa.atende.net>

**ESTADO DO PARANÁ**  
**Município da Lapa**

**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2023**

A Prefeitura Municipal da Lapa, Estado do Paraná através de sua Comissão Permanente de Licitações, torna público a abertura de **CHAMAMENTO PÚBLICO** para "Aquisição de produtos alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural ou suas organizações para atender o Programa Municipal de Alimentação e Nutrição Escolar da Secretaria Municipal de Educação no ano letivo de 2023.", de acordo com as especificações e forma previstas no Edital de Chamamento Público Nº 003/2023 e seus anexos.

A partir do dia **15 de maio e até 05 de junho de 2023**, os interessados deverão protocolar a documentação exigida, na Secretaria de Administração/Departamento de Compras, Licitações e Contratos situada na Rua Barão do Rio Branco, Nº 1.709 (Fundos) – Centro – Lapa – PR, em dias úteis das 09h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h00.

A sessão pública de abertura dos envelopes será realizada no dia **06 de junho de 2023 às 09h30**, no endereço indicado acima.

O Edital poderá ser requisitado no endereço e horário acima citado, ou feito download no Portal do Cidadão – Município da Lapa, endereço: [lapa.atende.net](http://lapa.atende.net) "acesso identificado no link – licitações/credenciamento".

Lapa-PR, 10 de maio de 2023.  
**Regina Maria Brunatto**  
Presidente da Comissão Permanente de Licitações

**MUNICÍPIO DE CAMPO DO TENENTE**  
**ESTADO DO PARANÁ**

**AVISO DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 31/2023**

**Objeto:** Registro de preços para aquisição de Calcário Calcítico e Calcário Dolomítico, ambos com PRNT mínimo de 75%, insumos para correção de solos para atender a demanda do Programa Municipal de Apoio ao Manejo e Fertilidade dos Solos, coordenado pela Secretaria Municipal da Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente, conforme condições, descrições, especificações, quantidades e exigências estabelecidas Anexo I deste Edital.. **Data de abertura e julgamento das propostas:** 25/05/2023, às 09h. O edital está disponível na página [blcompras.com](http://blcompras.com) e no site [www.campodotenente.pr.gov.br](http://www.campodotenente.pr.gov.br). Maiores informações poderão ser obtidas no Departamento de Licitações e Contratos, à Av. Miguel Komarchewski, nº 900, Centro, Campo do Tenente/PR – Fone: (41) 3628-1795, e-mail [licitacaopr@gmail.com](mailto:licitacaopr@gmail.com).

Campo do Tenente, 11 de Maio de 2023.  
**Weverton Willian Vizentin**  
Prefeito



**Prefeitura Municipal de Campo Magro**  
**Estado do Paraná**  
Secretaria Municipal de Licitações e Contratos

**AVISO DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 28/2023**

A Prefeitura Municipal de Campo Magro/PR, UASG: 980842 torna público com base na Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto 10.024/2019, e com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, que realizará Licitação sob a modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO** do tipo **MENOR PREÇO**.

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada para fornecimento de 01 (uma) retro escavadeira em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento, conforme convênio 395/2022 firmado entre a Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento e o Município de Campo Magro – PR, de acordo com as condições e especificações constantes neste edital.

**DATA, HORÁRIO E LOCAL DA ABERTURA:** **25/05/2023 às 09h00min (horário Oficial de Brasília)**, no site [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br). O edital está disponível no endereço acima mencionado, através de download no site da Prefeitura – Portal da Transparência, ou por solicitação via e-mail: [pregoeiro@campomagro.pr.gov.br](mailto:pregoeiro@campomagro.pr.gov.br). Demais informações poderão ser obtidas através dos telefones: (41) 3677-4042/4044.

Campo Magro/PR, 11 de maio de 2023.  
**Leonardo V. S Santos**  
Pregoeiro Oficial. Decreto nº 475/2022.

**MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DA PLATINA - ESTADO DO PARANÁ**

**AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 26/2023 - PROCESSO nº 100/2023**

**OBJETO:** Contratação de Centro de Formação de Condutores, credenciado ao DETRAN – PR, para prestação de serviço de alteração de categoria de CNH de "B" para "D", destinadas aos praças 2023 da Seção de Bombeiros.

**VALOR MÁXIMO ADMITIDO:** R\$ 17.600,04 - **ABERTURA:** às 13h15min do dia 30/05/2023, no site <http://blcompras.org.br> - **EDITAL:** Disponível no site [www.santoantoniodaplatina.atende.net](http://www.santoantoniodaplatina.atende.net) - **INFORMAÇÕES E ELEMENTOS:** FONES/MAIL: (43) 3534-8700 – ramal 214 – e-mail: [licitacao@santoantoniodaplatina.pr.gov.br](mailto:licitacao@santoantoniodaplatina.pr.gov.br). Santo Antônio da Platina/PR, 11 de maio de 2023. - **JOSÉ DA SILVA COELHO NETO** - Prefeito Municipal



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TERRA RICA**  
Estado do Paraná  
CNPJ: 76.978.881/0001-81

**Prefeitura do Município de Terra Rica**  
**Aviso de Chamada Pública Nº 10/2023**

O Município de Terra Rica, Estado do Paraná, através do Em Senhor Prefeito Municipal, Julio Cesar da Silva Leite, e por intermédio de sua Secretaria Municipal de Saúde, torna público o

**Credenciamento de pessoa física ou jurídica para prestação de serviço de plantão médico nas Unidades Básicas de Saúde de Terra Rica e do Distrito de Adhemar de Barros**, conforme instrumento convocatório.

Data: A partir da data de publicação até 30 de maio de 2023. O edital completo está disponível no site: [www.terrarica.pr.gov.br](http://www.terrarica.pr.gov.br) em processos licitatórios. Informações complementares poderão ser adquiridos na Av. Euclides da Cunha, nº 1120, Setor de Licitações, Fone: (44) 3441.8505 – 3441.8502, informando-se no pedido os seguintes dados: Razão Social do requerente, endereço, telefone, e-mail e nome da pessoa para contato.

Terra Rica, 11/05/2023

**Julio Cesar da Silva Leite**  
Prefeito Municipal

**BEM PARANÁ**  
O JORNAL DO ESTADO



**BEM PARANÁ**

Informação  
vale bem.

**Bari Securitizadora S.A.**

CNPJ/ME 10.608.405/0002-41 - NIRE 41300313067

**Edital de Convocação - Assembleia Especial dos Investidores de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 99ª (Nonagésima Nona) Série da 1ª (Primeira) Emissão da Bari Securitizadora S.A.**

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 99ª (Nonagésima Nona) Série da 1ª (Primeira) emissão da Bari Securitizadora S.A. ("CRI", "Emissão" e "Emissora", respectivamente), nos termos da cláusula 12.3 do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da 99ª Série da 1ª (Primeira) Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Bari Securitizadora S.A. celebrado em 18 de março de 2022 ("Termo de Securitização"), e Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedade com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, grupo 205, Barra da Tijuca, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("CNPJ") sob o nº 36.113.876/0001-91 na qualidade de agente fiduciário ("Agente Fiduciário"), a participarem da **Assembleia Especial Dos Investidores de CRI, em segunda convocação, a ser realizada no dia 24 de maio de 2023, às 10:00 horas ("Assembleia")**, de modo **exclusivamente digital**, por videoconferência **online** na plataforma "Google Meet", administrada pela Emissora, **sem possibilidade de participação de forma presencial**, nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), sendo o acesso disponibilizado, pela Emissora, individualmente aos titulares dos CRI devidamente habilitados nos termos deste Edital, a Emissora convoca os titulares de CRI para deliberar sobre a:

(i) aprovação ou não das demonstrações financeiras do Patrimônio Separado referente ao exercício social de dezembro de 2022, acompanhada do relatório dos auditores independentes, cujo inteiro teor está disponibilizado no *website* da Emissora, acessar [www.barisec.com.br](http://www.barisec.com.br), buscar o ícone "Demonstrações Financeiras CRIs", "Demonstrações do Patrimônio Separado", pesquisar pela "Série"; (ii) Autorizar a Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, a realizar todos os atos e celebrar todos e quaisquer documentos necessários para a implementação das deliberações desta Assembleia, incluindo, mas não se limitando, à celebração de aditamentos aos Documentos da Operação, conforme previsto no Termo de Securitização. Os titulares dos CRI que desejarem participar da Assembleia deverão encaminhar, em até 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da realização da Assembleia, os documentos de representação (contrato/estatuto social, ata de eleição, procuração, e documento de identificação RG e CPF dos signatários) para o seguinte endereço eletrônico: [af.assembleias@oliveiratrust.com.br](mailto:af.assembleias@oliveiratrust.com.br) com cópia para [pos-emissao@barisec.com.br](mailto:pos-emissao@barisec.com.br). O link de acesso à plataforma eletrônica será disponibilizado pela Emissora **apenas aos titulares dos CRI que manifestarem interesse em participar da Assembleia, através dos endereços eletrônicos e no prazo de 48 (quarenta e oito) horas de antecedência acima informados.**

São Paulo, 09 de maio de 2023  
Bari Securitizadora S.A.**Edital do Pregão Eletrônico Nº 24.2023**

A Prefeitura Municipal de Imbaú torna público que realizará Pregão Eletrônico, com sessão de Disputa de Preços: às **09:30 horas do Dia 25 de maio de 2023** horário de Brasília – DF, com a finalidade de selecionar melhor proposta para **Aquisição de parques infantis (playgrounds)**. Outras informações, bem como cópias do edital completo, poderão ser obtidos junto ao Site [www.imbau.pr.gov.br](http://www.imbau.pr.gov.br), ícone Licitações e/ou a pasta Técnica, poderá ser obtidos junto a Prefeitura Municipal, durante o horário de expediente no endereço da Rua Francisco Siqueira Kortz, 471, São Cristóvão, Imbau / Pr – Fone 42 – 3278 – 8125.

Imbau 10 de maio de 2023.

**GEYSLA GEOVANA PRACHUM**

Pregoeira

**Edital do Pregão Eletrônico Nº 25.2023**

A Prefeitura Municipal de Imbaú torna público que realizará Pregão Eletrônico, com sessão de Disputa de Preços: às **13:30 horas do Dia 25 de maio de 2023** horário de Brasília – DF, com a finalidade de selecionar melhor proposta para **Aquisição de Cargas de Gás Medicinal (Oxigênio), Reguladores de Pressão e Locação de Cilindros e Concentradores de Oxigênio**. Outras informações, bem como cópias do edital completo, poderão ser obtidos junto ao Site [www.imbau.pr.gov.br](http://www.imbau.pr.gov.br), ícone Licitações e/ou a pasta Técnica, poderá ser obtidos junto a Prefeitura Municipal, durante o horário de expediente no endereço da Rua Francisco Siqueira Kortz, 471, São Cristóvão, Imbau / Pr – Fone 42 – 3278 – 8125.

Imbau 10 de maio de 2023.

**GEYSLA GEOVANA PRACHUM**

Pregoeira

**EDITAL DE CITAÇÃO DA PARTE EXECUTADA PRAZO 20 (VINTE) DIAS** O Doutor WILSON JOSÉ DE FREITAS JUNIOR, MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível de Colombo-PR, situada na Avenida João Batista Lovato, 67, centro, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quantos virem o presente ou dele conhecimento tiverem, que neste Juízo tramita a Ação de Classe Processual: Execução de Título Extrajudicial, Assunto Principal: Penhora / Depósito/ Avaliação, Processo nº: 0003262-81.2016.8.16.0193, promovida por TEMPER SUL COMERCIO DE VIDROS LTDA (CPF/CNPJ: 10.287.442/0001-14), possuindo o presente Edital a finalidade de CITAR a parte executada RAFINY INDUSTRIA DE MOVEIS E ESQUADRIAS LTDA (CPF/CNPJ: 05.697.002/0001-03) para que efetue o pagamento do débito pendente e seus acréscimos, no prazo de 3 (três) dias, conforme o artigo 829 do CPC, a contar da efetiva citação (art. 231 § 3º do CPC), bem como juros e correção monetária que vierem a incidir e honorários advocatícios fixados, conforme despacho anexo, em 10% (dez por cento) sobre o valor do débito, podendo opor embargos no prazo de 15 (quinze) dias, contados da juntada da citação nos autos, na forma do art. 915 do CPC, ciente que, nesse mesmo prazo, reconhecendo o crédito do exequente e comprovando o depósito de 30% (trinta por cento) do valor em execução, inclusive custas e honorários advocatícios, poderá o executado requerer seja admitido a pagar o restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, conforme previsto nos artigos 914, 915 e 916 do CPC. Em havendo pronto pagamento, os honorários do patrono serão reduzidos pela metade, conforme artigo 827, §1º do CPC. Resumo da petição inicial: "Em 09/12/2015, os executados efetuaram uma compra no valor de R\$ 21.114,74 (vinte e um mil, cento e quatorze reais e setenta e quatro centavos), referente à compra de mercadorias do exequente, objeto da nota fiscal fatura sob o nº 000.043.293. Os pagamentos foram divididos em 03 (três) parcelas de R\$ 7.390,16 (sete mil, trezentos e noventa reais e dezessis centavos), cada uma, com vencimento para 29/12/2015, 18/01/2016 e 07/02/2016, conforme Duplicatas em anexo, sob os nºs: 43292-A, 43292-B e 43292-C. Ocorre, todavia, que os Executados não cumpriram com as obrigações, não adimplindo nenhuma das duplicatas acordadas. Após os vencimentos os títulos foram encaminhados a Cartório de Protestos e todos protestados por falta de pagamento, conforme documentos que acompanham a presente. A inadimplência resultou em saldo devedor no valor de R\$ 24.734,54 (vinte e quatro mil, setecentos e trinta e quatro reais e cinquenta e quatro centavos), montante ao qual foi acrescida correção monetária pelo IGP/M, juros de 1% ao mês, conforme cálculo em anexo. Acrescenta-se ainda o valor de R\$ 450,87 (quatrocentos e cinquenta reais e oitenta e sete centavos), de despesas com protestos, consoante demonstra a planilha abaixo, cumprindo o estabelecido no art. 798, I, b, NCP/2015. - Principal: R\$ 24.734,54 - Despesas de Cartório: R\$ 450,87 Total: R\$ 25.185,41 Referendo cálculo foi realizado com base nos seguintes parâmetros: índice de correção monetária pelo IGP/M; juros simples de 1% ao mês; termos inicial e final da correção monetária e juros: dd/mm/aa (data de vencimento do título) e dd/mm/aa (data da realização do cálculo), afim de cumprir o requisito do art. 798, § único do NCP/2015." O presente Edital será fixado no lugar de costume e publicado na forma da lei. OBSERVAÇÃO: Este processo tramita através do sistema computacional PROJUDI, cujo endereço na web é <https://projudi.tpr.jus.br/projudv/>. O acesso ao sistema pelos advogados depende de prévio cadastramento, o qual é obrigatório, devendo comparecer à Sede da Unidade Jurisdicional que já utilize o sistema eletrônico (OAB). Documentos (procurações, cartas de preposição, contestações) devem ser integralmente inseridos no sistema (Incluída pelo Provimento nº 223, Item 2.21.3.1.3), em formato digital e, arquivos com no máximo 2 MB cada. Para consulta pública do processo a parte deverá utilizar a seguinte chave de acesso: PPEP U2VA6 3RU4 SN5LE. Colombo, data da assinatura digital. WILSON JOSÉ DE FREITAS JUNIOR Juiz de Direito

**AVISO DE LEILÃO - MODALIDADE ON-LINE**

**HELICIO KRONBERG**, leiloeiro público oficial devidamente matriculado perante JUCEPAR sob o nº 653, contratado pela empresa organizadora de leilão nos termos nº 8.666/93, do Decreto nº 21.981/32 e da Lei Estadual 19.140/2017, cujo objeto é realizar "LEILÃO, do tipo maior lance", através de Pregão eletrônico/online, para alienação de bens apreendidos nas operações de trânsito da **SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO DE CURITIBA – SETRAN** e Não recuperados pelos seus proprietários nos termos da Lei Federal nº 9.503/1997, a Resolução nº 623/2016 do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), e a Lei Federal nº 8.722/1993, em conformidade com o Contrato Administrativo nº 24002/2020, firmados com a Secretaria Municipal de Defesa Social e Trânsito de Curitiba (SMDT). **CONSERVADOS:** Destinados a **CIRCULAÇÃO**, edital nº N.º 0017/2023-SMDT; no dia **26 de Maio de 2023, a partir das 09h** no site [www.vipeiloes.com.br](http://www.vipeiloes.com.br); **SUCATAS APROVEITÁVEIS:** Aquelas cujas as peças poderão ser reaproveitadas em outro veículo; edital N.º 0018/2023-SMDT; dia **26 de Maio de 2023, a partir das 11h**, no site [www.vipeiloes.com.br](http://www.vipeiloes.com.br); **SUCATA APROVEITÁVEL COM MOTOR INSERVÍVEL:** Aquelas cujas as peças poderão ser aproveitadas em outro veículo, com exceção da parte do motor que conste sua numeração. N.º 0019/2023-SMDT; no dia **26 de Maio de 2023, a partir das 13h** no site [www.vipeiloes.com.br](http://www.vipeiloes.com.br); **SUCATAS INSERVÍVEIS MATERIAL FERROSO PARA RECLICAGEM, RESULTANTE DA PREPARAÇÃO, COMPACTAÇÃO E TRITURAÇÃO DE VEÍCULOS DE TERCEIROS E COMPONENTES VEICULARES**, N.º 0020/2023-SMDT; no dia **26 de Maio de 2023, a partir das 15h** no site [www.vipeiloes.com.br](http://www.vipeiloes.com.br). Visitação nos dias 24 e 25 de maio de 2023, das 09h30min às 11h30min e das 13h30min às 16h, no pátio localizado a Rua Alberto Klemetz, 310, Portão, Curitiba/PR. Ressalte-se, que a íntegra do Edital de Leilão será disponibilizada no endereço eletrônico [www.vipeiloes.com](http://www.vipeiloes.com), assim como anexos nas dependências desta Autarquia com a relação completa e detalhada dos lotes disponibilizados para leilão, devidamente avaliados. A cópia do referido Edital poderá ser retirada na página do leilão de forma gratuita.

Curitiba/PR, 10 de Maio 2023



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MATINHOS**  
Secretaria Municipal de Saúde  
Departamento Administrativo

**AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 049/2023 – PMM**

**OBJETO: SELEÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ZELADOR, LIMPEZA E VIGILÂNCIA DESARMADA, NAS DEPENDÊNCIAS DA CASA DE APOIO AO CIDADÃO MATINHENSE EM CURITIBA, COM A DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA QUALIFICADA, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS, com as características e especificações constantes deste Edital.**

**VALOR MÁXIMO GLOBAL: R\$ 371.336,70 (trezentos setenta e um mil trezentos trinta e seis reais e setenta centavos).**

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL**

**INÍCIO DO PRAZO PARA CREDENCIAMENTO: Dia 12/05/2023, às 08h00min.**

**TÉRMINO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA: Dia 24/05/2023, até as 08h30min.**

**INÍCIO DA SESSÃO DE LANCES: Dia 24/05/2023, às 09h00min.**

**REFERÊNCIA DE TEMPO:** Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

O Município de Matinhos utilizará o portal de Licitações **BLL COMPRAS** link <https://bllcompras.com/Home/Login> para realização desta licitação.

Os licitantes poderão efetuar *download* do edital e seus anexos no site oficial do Município de Matinhos, "<http://www.matinhos.pr.gov.br/modules/qas/>", e obter informações complementares na sede da Prefeitura de Matinhos, sito à Rua Pastor Elias Abrahão, nº 22, Centro, em Matinhos, Estado do Paraná, no horário das 08:00 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, de segunda a sexta-feira, telefone: 0800 3971 600 ramal nºs 795 - 807 - 811 ou ainda através do e-mail: [licitacao@matinhos.pr.gov.br](mailto:licitacao@matinhos.pr.gov.br).

Matinhos, 11 de maio de 2023

**Luis Henrique Nery**  
Pregoeiro

Reservas: (41) 3350-6620

**OS INVESTIDORES ESTÃO DE OLHO NOS SEUS GASTOS. ATÉ MESMO O GASTO COM ESTE ANÚNCIO.**

- melhor custo/benefício
- busca/entrega do material
- produção da arte do material

**BEM PARANÁ**

**3350.6620**

Aponte a câmera do celular para o QR Code abaixo e acesse a página de Publicidade Legal do BEMPARANÁ.

Acesse também pelo link: <https://www.bemparana.com.br/publicidade-legal/>